

# Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais

ALICE RANGEL DE PAIVA ABREU, HELENA HIRATA E MARIA ROSA LOMBARDI  
(ORGS.)

*São Paulo, Boitempo, 2016, 284p.*

*Juliane da Costa Furno\**

O presente livro é uma obra de compreensão sociológica acerca das relações de gênero e trabalho no Brasil e na França. A coletânea é composta por 21 textos que tratam de distintas dimensões do trabalho das mulheres, pautado – prioritariamente – em uma perspectiva interseccional, como já aponta o subtítulo. Ou seja, nesse livro há um terreno comum teórico que compreende que as relações de gênero devem ser analisadas à luz das demais intersecções presentes no universo social, tais como as dimensões de classe e de raça.

Importante salientar, entretanto, que, embora a divisão sexual do trabalho esteja presente nas diversas faces das realidades brasileiras e francesas – principalmente expressas em dimensões como alocação de mão de obra, diferenças salariais e jornada de trabalho –, o livro em questão não se propõe a ser uma análise comparativa propriamente dita entre as duas experiências. O que a obra busca mostrar é que, mesmo que por caminhos distintos, pautados em formações sociais e econômicas deveras dessemelhantes, tanto Brasil quanto França estão, ainda, presos às amarras patriarcais e à divisão sexual do trabalho. Ou seja, o livro tem a grandeza de demonstrar que as questões ligadas à igualdade de gênero não são solucionáveis com o avanço do desenvolvimento capitalista, da tecnologia ou da construção de uma sociedade moderna. Os traços que estruturaram e deram contornos desigualmente sexuados às relações sociais são muito mais profundos.

O livro tem como abordagem central o conceito de Divisão Sexual do Trabalho, que compreende que a divisão do trabalho por gênero tem duas dimensões:

---

\* Doutoranda em Desenvolvimento Econômico na Unicamp. E-mail: jujufurno@gmail.com.

existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres na sociedade; e, em segundo lugar, a sociedade, assim como divide, também valora os distintos afazeres. Dessa forma, há uma hierarquização, na qual o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres, entendendo que esse “valor” se expressa não somente em diferenças salariais, mas também em distinções sociais. Em que pesem os temas tradicionalmente já estudados pelas teóricas da divisão sexual do trabalho, ligados à perspectiva da produção e reprodução social, a obra avança para questões importantes do nosso tempo, adentrando temas como qualificação profissional e ingresso de mulheres e carreiras científicas, o avanço da flexibilização das relações de trabalho – especialmente a terceirização e o trabalho em tempo parcial – e chegando ao recente desenvolvimento do trabalho de cuidados. Para dar conta da dimensão múltipla das indagações trazidas nesse livro, as organizadoras o dividiram em seis grandes partes.

O primeiro é denominado “Entrecruzar as desigualdades”. Esse capítulo é fundamentalmente dedicado à reafirmação do solo teórico do qual partem as autoras, assentado sobre o conceito de divisão sexual do trabalho, de interseccionalidade/consustancialidade das relações de gênero, classe e raça, e visto em uma perspectiva de relações sociais. O segundo capítulo do livro se chama “Medir as desigualdades”. Nesse capítulo, as autoras lançam-se no desafio de desconstruir e enxergar o que está “por trás” das estatísticas apresentadas e da contabilidade nacional de cada país. A pergunta central pode ser sintetizada na seguinte questão: “como medir e contabilizar o trabalho de homens e mulheres?”. Essa pergunta envolve problematizar não somente o trabalho extradoméstico formal, mas também contabilizar o trabalho informal, por conta própria e, principalmente, o trabalho não remunerado de cuidados, que está na base da divisão sexual do trabalho e permanece invisível na contabilidade nacional dos dois países em questão.

Como disse Margaret Maruani e Monique Meron, no capítulo de número cinco da presente sessão, “os números são políticos”. Para as autoras, “reconhecer uma atividade como trabalho profissional ou, ao contrário, relegá-la à sombra da inatividade é uma decisão política, até ideológica, para além de uma opção estatística” (p.69). Essa sessão, diga-se de passagem, é extremamente rica e criteriosa na análise dos dados, apresentando diversos textos que trazem testes econométricos e análises estatísticas que circunscrevem temas como a desigualdade salarial, a taxa de participação no mercado de trabalho e os desafios da formalização do trabalho das mulheres, três elementos que permanecem como gargalos estruturais no Brasil e na França.

A terceira parte é denominada “Trabalho e uso do tempo”. O primeiro texto do bloco é de autoria de Laís Abramo e María Elena Valenzuela e trata dos tempos do trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. As autoras, no entanto, apresentam que, embora a entrada das mulheres no mercado de trabalho tenha lhes trazido uma dupla jornada de trabalho, a sua inserção, por outro lado, instaura uma nova contradição social: a inserção das mulheres nas atividades extradomésticas

demonstra a incompatibilidade da execução plena das atividades remuneradas e não remuneradas, colocando novos desafios e contradições às relações laborais e familiares. Segundo as autoras, a formulação de políticas públicas de conciliação dos tempos de trabalho produtivo e reprodutivo enfrenta um duplo desafio, “[de um lado] interrogar a sociedade sobre a maneira como devem ser distribuídos o trabalho e as responsabilidades de cuidado entre o Estado, o mercado e as famílias; e de outro a distribuição tradicional de responsabilidades domésticas entre homens e mulheres” (p.122).

A quarta parte é denominada “O gênero das carreiras artísticas e científicas” e faz parte da análise crítica dos novos arranjos do trabalho das mulheres. As sociedades capitalistas têm passado por um processo de polarização do mercado de trabalho, com postos de trabalho ligados aos empregos de maior remuneração e formalização, e, ao mesmo tempo, a proliferação de empregos precários e flexíveis. Nesse sentido, parte das mulheres alçou a posição dos “de cima”, no entanto, isso não ocorreu sem contradições e sem a permanência das estruturas fundantes da divisão sexual do trabalho. Esse capítulo apresenta os avanços, mas também as contradições do trabalho de mulheres em carreiras consideradas “masculinas”, como nas ciências exatas, nas engenharias, na aeronáutica e na música.

Por fim, as partes cinco e seis, respectivamente, “Cuidado, dinâmicas familiares e profissionais” e “Cuidado, políticas sociais e cidadania”, também são consideradas como pertencentes aos novos temas dos estudos de gênero e trabalho. No 16º texto, primeiro dessa sessão, Helena Hirata apresenta um importante debate acerca da nacionalidade do trabalho de cuidados em domicílio no Brasil e na França, apontando que ambos são influenciados por mudanças geográficas: o primeiro por migrações regionais e o segundo por imigrantes estrangeiros. Esses movimentos colocam novos contornos para a problemática de gênero, que envolve a geopolítica internacional e o rebaixamento dos custos do trabalho das mulheres que migram de diversos países pobres para trabalharem como cuidadoras na França e outros países europeus.

Esse livro tem a grandeza de articular novas e velhas questões, todas da ordem do dia para as realidades de Brasil e França, apresentando um olhar crítico, profundo e interseccional da problemática de gênero, classe e raça. Embora não seja um estudo comparativo, a leitura do livro nos permite constatar que existem muito mais semelhanças do que diferenças quando os temas são os tradicionalmente tratados pelas teóricas feministas, principalmente no que tange à desigualdade nos tempos, no acesso e na qualidade do trabalho das mulheres, bem como na visibilidade social dele.